

**A áurea revolucionária
no discurso anarquista brasileiro (1917-1922)**
The revolutionary aurea in the anarchist brazilian discourse (1917-1922)

Cláudia Tolentino Gonçalves Felipe¹

RESUMO

Pretende-se avaliar de que maneira as experiências da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa foram utilizadas como argumento legitimador para a incitação de ações revolucionárias de caráter anarquista no Brasil. Para tanto, analisamos o discurso político de alguns militantes associados à publicação do jornal paulista *A Plebe* entre os anos 1917 a 1922.

Palavras-chave: Anarquismo. Revolução Russa. Primeira Guerra Mundial. Momento Propício.

ABSTRACT

It is intended to evaluate how the experiences of the First World War and the Russian Revolution were used as a legitimating argument for the incitement of revolutionary anarchist actions in Brazil. We analyze the political discourse of some militants involved in the publication of the newspaper *A Plebe* between 1917 and 1922.

Keywords: Anarchism; Russian Revolution; First World War; Propitious Moment.

1 Introdução

No ano de 1919, os militantes anarquistas Edgard Leuenroth² e Helio

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. E-mail: claudiatolentino.ufu@gmail.com.

² Edgard Leuenroth foi um militante anarquista brasileiro. Participou de diversas organizações sindicais brasileiras e foi um dos principais porta-vozes dos trabalhadores em manifestações operárias ocorridas na cidade de São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX. Tipógrafo e jornalista de profissão, fez da imprensa livre um eficaz instrumento de luta, tendo participação ativa em vários periódicos anarquistas tais como *A Terra Livre*, *A Lanterna*, *A Plebe*, *O Libertário*, entre outros. Ele participou da criação do Centro de Cultura Social de São Paulo em 1933, vinculado ao movimento anarquista, promovendo debates, palestras, e exposições etc. Em 1944 fundou “A Nossa Chácara”, um espaço comunitário destinado ao encontro de anarquistas e simpatizantes para a discussão do pensamento libertário. Escreveu dois projetos de transformação da sociedade brasileira em uma sociedade anarquista, além de livros e diversos artigos para a imprensa alternativa. Para mais informações sobre Leuenroth ver: KHOURY, 1988; ver também: LOPREATO, 2009, pp. 202-220.

Negro³ publicaram o livreto *O que é maximismo ou bolchevismo – programa comunista*⁴, com o intuito de propor/orientar a formação de uma república anarquista no Brasil. O texto em questão defendia a ideia de um “momento propício” para a efetivação de uma revolução libertária no país. Essa ideia remetia à crença de que se vivia naquele período uma “áurea revolucionária” marcada pelas manifestações operárias ocorridas no Brasil ao final da década de 1910 e pela eclosão da Revolução Russa de 1917. Para os anarquistas a revolução libertária deveria ser construída dia após dia e lutas parciais deveriam ser travadas para a construção de outra humanidade. Frente às atrocidades vivenciadas na Primeira Guerra Mundial, eles defendiam que o advento de uma revolução era não apenas necessário como também inevitável. Aos militantes anarquistas e à população caberia, pois, a tarefa de garantir a efetivação desse fim. Com esse artigo, pretendemos analisar como o discurso anarquista brasileiro fez uso da ideia de momento propício para incentivar a luta e a revolução libertária no país.

2 A atuação anarquista na década de 1910

O período situado entre 1917 e 1919 foi marcado por um intenso fluxo de movimentos de caráter grevista e contestatório no Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco foram palco de uma efervescente agitação de movimentos sociais de feição libertária. Em busca de melhorias (como ajustes salariais e diminuição do preço de produtos de

³ Antônio Candeias Duarte foi um tipógrafo português que emigrou ainda criança para o Brasil. Teve papel de destaque na imprensa anarquista, especialmente no jornal *A Plebe* no final da década de 1910. Participou de diversas greves e manifestações de caráter libertário, em destaque a greve geral de 1917, ocorrida na cidade de São Paulo. Já na década de 1920 abandonou a causa libertária e passou a apoiar o comunismo, sendo responsável pela edição e publicação de vários manifestos, livros e periódicos do Partido Comunista Brasileiro. Para mais informações sobre Candeias Duarte, ver: HECKER, 2010.

⁴ LEUENROTH, NEGRO, 1919.

primeira necessidade) e de transformações mais substanciais (como a derrocada do sistema capitalista), militantes anarquistas e trabalhadores saíram às ruas realizando greves, conferências, passeatas etc. Consultando os textos do jornal anarquista *A Plebe*⁵, parece-nos que, na medida em que essas ações ficavam mais fortes e recorrentes, seus articulistas buscavam persuadir os leitores de que o país estava atravessando um período singular, propício ao combate.

No primeiro número de *A Plebe*, Edgard Leuenroth advertiu que desde o final da Primeira Guerra Mundial e o advento da Revolução Russa o mundo estava passando por um período de transformações profundas, não podendo o Brasil, desse modo, manter-se indiferente à “onda revolucionária”:

estando sujeito ao mesmo condenado regime da propriedade privada e da autoridade, que permite a ignomínia da exploração do homem pelo homem, será em mais ou menos tempo, inevitavelmente arrastado no vórtice dos acontecimentos que hão de transformar a face do mundo civilizado, - necessário é que (...) nos aprestemos para não sermos apanhados de surpresa quando soar a hora em que aos quatro ventos da terra dos abolicionistas audazes tiver de ser desfraldada a rubra bandeira da nossa verdadeira libertação (PLEBE, 1917, p. 1).

No final da década de 1910, muitos anarquistas defenderam que o movimento revolucionário em curso na Rússia demonstrava que um “povo” poderia efetuar mudanças sociais radicais. A Revolução Russa passa, assim, a representar um exemplo, um lugar-comum recorrente em discursos libertários. Em *A Era dos extremos: o breve século XX*, Eric Hobsbawm (1995, p. 62) discorreu sobre como a Revolução Russa inspirou, em termos mundiais, a eclosão de movimentos revolucionários no século XX. Segundo o autor, desde o início da

⁵ Periódico anarquista publicado por Edgard Leuenroth e Fábio Luz na cidade de São Paulo entre os anos de 1917 a 1951. Devido a problemas financeiros e a perseguições políticas e policiais, o jornal sofreu várias descontinuidades, sendo, todavia, uma referência em publicações alternativas publicadas no Brasil na primeira metade do século XX.

Primeira Guerra Mundial, em 1914, o mundo estava condenado: “a velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas políticos tinham, como diz o provérbio chinês, ‘perdido o mandato do céu’. A humanidade estava a espera de uma alternativa”. Para Hobsbawm, os partidos socialistas, com o apoio das classes trabalhadoras e “inspirados pela crença na inevitabilidade histórica de sua vitória”, acreditavam representar essa alternativa de mudança em grande parte dos Estados da Europa. Ele acrescenta:

Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo. A Revolução Russa, ou mais precisamente, a Revolução Bolchevique de outubro de 1917, pretendeu dar ao mundo esse sinal. Tornou-se, portanto, tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX (HOBBSAWM, 1995, p. 62).

As crenças e expectativas de mudança foram vivenciadas por diferentes grupos que, sobretudo a partir dos impactos da Primeira Guerra Mundial, ansiavam pelo advento de “novos tempos”. A Revolução Russa se tornou um sinal para socialistas, comunistas, anarquistas e outros. Nesse sentido, pode-se dizer que a guerra e a revolução desempenharam um papel decisivo na onda de movimentos contestatórios e revolucionários ocorridos no Brasil e em outras partes do mundo no início do século XX. Com a “crise econômica” e com as possibilidades de mudança, os anarquistas indagavam: porque não realizar uma revolução também no Brasil?

O fragmento seguinte, referente à situação do movimento operário brasileiro, foi escrito por Leuenroth em 1917, num dos exemplares de *A Plebe*:

A gente endinheirada que até aqui ia gozando placidamente num parasitário *dolce far niente*, a sua vida folgada de ladrões

bem sucedidos, começa a inquietar, a sentir-se incomodada, a ter as suas custosas digestões perturbadas pelas manifestações de descontentamento que, partindo dos recantos malsãos onde a plebe laboriosa abriga a sua penúria, já se vão fazendo ouvir nos bem cuidados arrabaldes da *urbs* em que se erguem, como uma afronta à miséria alheia, as deliciosas vilas dos patrícios modernos. O nosso proletariado; cuja passividade nos últimos tempos chegava quase a desencorajar os militantes mais optimistas e traquejados; premido pelas condições intoleráveis a que o sujeita a exploração capitalista, agora levado ao paroxismo, vai pouco a pouco, dando demonstrações de sua grande inquietação, que se manifesta aqui em queixas pronunciadas medrosamente, em surdina, ali em reclamações cautelosas e além em movimentos grevistas mais ou menos irriquetos e já inspirados por principios de desigualdade social. (...) tendendo a generalizar-se e a tomar maior vulto (LEUENROTH, 1917, p. 1).

Após um período de apatia, Leuenroth afirma que o proletariado brasileiro demonstrava sua inquietação frente ao problema da desigualdade social. Ele previa, desse modo, que logo as queixas, reclamações e manifestações grevistas ganhariam maior vulto, levando ao combate dos problemas que atingiam a “plebe sofredora”. Desde os primeiros anos do século, o anarquismo era a força política mais expressiva do movimento operário brasileiro. As manifestações ganhavam volume a cada dia. Leuenroth advertia que tais manifestações tiravam o sossego da “gente endinheirada”, que pouco a pouco sentia a força das ações do proletariado combatente. O discurso de Leuenroth, destinado a esse público, além de informar sobre a situação do movimento operário brasileiro, estimulava sua continuidade ao afirmar o sucesso na conquista de seus objetivos e a abrangência que ele estava prestes a alcançar.

A notícia seguinte foi publicada em *A Plebe* e discorre sobre as formas de ação e de luta praticadas pelo operariado:

A propaganda feita em numerosos comícios e em boletins não deixou de produzir o seu efeito, fazendo com que entre os

trabalhadores, sujeitos agora, como nunca a uma situação verdadeiramente intolerável, devido à ação aladroadada dos patrões, insaciáveis sanguessugas sociais, se comece a sentir a necessidade de agir contra os bandidos que, ao abrigo da lei, vivem a roubar o produto do seu trabalho insano. Alguns movimentos grevistas já se manifestaram, ao mesmo tempo que, se vai tratando de construir associações de resistência e de acentuada luta social (A PLEBE, 1917, p. 3).

Afirma-se que o trabalho de militância anarquista surtiu efeitos consideráveis no proletariado. Conscientes da exploração capitalistas, os trabalhadores paulistas agiam contra os patrões, “bandidos que, ao abrigo da lei, vivem a roubar o produto do seu trabalho insano”, através da organização de movimentos grevistas e de associações de resistência e de solidariedade. O jornal informou sobre as ligas de bairro surgidas em São Paulo, como é o caso da Liga da Mota, do Belenzinho, do Cambucy, da Lapa e de São Caetano (algumas ainda estavam em formação). Ele tratou, também, do desenrolar das greves dos canteiros em Ribeirão Pires e dos tecelões em São Paulo. A ideia principal do artigo, além de discorrer sobre as ações do proletariado em luta, foi a de incentivar a continuidade dessas ações. Esperava-se que os movimentos grevistas e de reivindicação ganhassem cada vez mais força e expressão. Vários textos da imprensa libertária esboçavam um incentivo à prática da ação direta. A ocorrência de greves sucessivas, segundo os anarquistas, era consequência da realidade social, marcada pela miséria da população em contraste à opulência dos ricos.

De acordo com Christina Lopreato (2000, p. 69), a greve geral, assim como outras manifestações de caráter contestatório ocorridas no primeiro semestre de 1917 em São Paulo, ocorreu graças à união de forças e aos trabalhos de ação e propaganda libertários desenvolvidos pelos militantes anarco-comunistas e anarquistas sindicalistas. Juntos, eles conseguiram “despertar nos trabalhadores o sentimento de revolta contra as precárias condições de vida e

de trabalho e a vontade de lutar por uma vida com dignidade” (LOPREATO, 2000, p. 69). Anarco-comunistas e anarquistas sindicalistas deixaram de lado as divergências quanto à atuação sindical e uniram forças, defendendo a mesma estratégia de luta para a emancipação dos trabalhadores: a ação direta. Os anarquistas questionavam junto à população o problema da carestia de produtos de primeira necessidade, a ação especulativa dos açambarcadores, as péssimas condições de vida e de trabalho, dentre outros problemas sociais. Ao mesmo tempo, eles estimulavam a ação e a luta dos trabalhadores por melhorias. Após canalizarem suas forças para o “despertar” do proletariado frente aos problemas da sociedade capitalista, os militantes anarquistas se propuseram a organizar os trabalhadores em ligas de resistência, “com o objetivo de estreitar os laços de solidariedade indispensável para a eficácia da ação coletiva”. Sobre a formação das ligas operárias de bairro, Lopreato advertiu que anarquistas sindicalistas e anarco-comunistas formularam um acordo para a constituição e funcionamento delas, com o objetivo de mesclar os anseios das duas correntes:

O documento contemplou os interesses sindicalistas de conquistas imediatas como estratégia mobilizadora do operariado, mas tinha como questão de fundo a derrubada do regime de exploração burguesa. O documento “As bases do acordo da União Geral dos Trabalhadores” foi publicado na edição de 26 de maio de 1917 do jornal *Guerra Sociale* e distribuído nos bairros para conhecimento dos seus moradores (LOPREATO, 2000, p. 99).

A formação das ligas de bairro foi de fundamental importância na promoção de outras manifestações operárias. Os problemas sociais foram usados com argúcia pelos anarquistas para o incentivo da ação direta dos trabalhadores. Organizado em ligas que tinham o objetivo não somente de aglutinação, mas também de estreitamento dos laços de solidariedade entre os

trabalhadores, o operariado paulista exigiu dos patrões melhores condições de trabalho e aumento salarial, levando à deflagração da greve dos tecelões e dos cantoneiros. Em julho de 1917, o movimento grevista se alastrou e vários trabalhadores uniram-se ao movimento, como os marceneiros, que entraram em greve a 02 de julho exigindo melhores salários. A 07 de julho foi a vez dos trabalhadores da *Companhia Antártida de Bebidas*, que reivindicaram uma jornada de 9 horas de trabalho e o aumento de 100 réis por hora. A consequência desses movimentos grevistas foi a ocorrência, a 09 de julho, da greve geral anarquista, que paralisou por uma semana a cidade de São Paulo. Essa greve teve repercussão em todo o Estado paulista:

No interior do Estado de São Paulo, ferroviários em Campinas e tecelões em Sorocaba e Jundiaí, encorajados pelo êxito obtido pelo operariado paulistano, entraram em greve em 16 de julho de 1917 por aumento de salário e melhores condições de trabalho. A exemplo dos paulistanos, percorreram as ruas centrais da cidade e realizaram comícios em praças públicas. A solidariedade manifestada pelos trabalhadores de diferentes categorias levou a generalização do movimento nas três cidades, o que assustou as autoridades locais, desguarnecidas de sua força policial. Os prefeitos, ainda sob impacto da greve geral que paralisou São Paulo e sem contar com a força pública requisitada para auxiliar na repressão ao movimento grevista da capital, recorreram às linhas de tiro para conter as ondas de greves (LOPREATO, 2000, p. 130).

O findar da greve geral em São Paulo não significou o fim das agitações e manifestações operárias, pois ela tornou-se um incentivo à continuidade da ação dos militantes anarquistas não apenas no Estado de São Paulo, mas também no Rio de Janeiro, Pernambuco e Santa Catarina, por exemplo. Os libertários postulavam que vivia-se um momento propício para a derrocada do sistema capitalista e para a edificação da anarquia, o que se justificava não apenas pela sucessão de movimentos contestatórios de caráter anarquista

ocorridos no país e pela crise inflacionária que atravessava a sociedade brasileira, mas também, como já dissemos, pela ocorrência da Revolução de 1917 na Rússia e pelo desenrolar da Primeira Guerra Mundial. Na sequência, analisaremos como esses fatores foram marcantes nos escritos libertários.

O momento propício

No dia 21 de julho de 1917, após o término da greve geral anarquista, foi publicado o seguinte texto no jornal *A Plebe*:

A crise que infelizmente assasoberba o mundo inteiro, em consequência da formidável hecatombe que há cousa de 3 annos ensanguenta o velho continente, arrastando para o medonho conflicto os países da América democrata e livre, não podia deixar de se fazer sentir em todos os recantos do planeta levando a desolação e a miséria a toda a parte, especialmente no Brasil, onde, desgraçadamente, a administração pública está fixada na “Mão Negra” dos bandidos e ladrões, açambarcadores das economias do povo soberano. A carestia de vida seriamente agravada pelos enormes e extensivos impostos, veio criar em nosso Estado uma situação desesperada e intoleravel, da qual só poderemos sair por meio da revolução. Enquanto o governo sobrecarrega o povo de impostos para esbanjar à vontade os dinheiros do Thezouro, isto é, o suor do povo, este vê desenhar-se diante de si o horrível quadro de miséria penetrando em todos os lares e aniquilando caracteres, forças e energias. Não é debalde que se aconselhou algures: “Contra a fome, dynamite.” A entrada do Brasil na conflagração, nessa guerra tremenda, de interesses comerciais e financeiros, para os dois grupos belligerantes, é outra infelicidade que está pairando assustadoramente sobre as nossas cabeças. Procuraremos evitá-la por todos os meios, ou então tirar desse desastrado acontecimento um partido para a causa que defendemos, agitando as massas e exportando-as para o exemplo da Rússia (A PLEBE, 1917, p. 2).

O autor do texto (que adotou o pseudônimo F. G.) alude, em primeiro lugar, à eclosão da Primeira Guerra Mundial, um conflito que estava gerando

no mundo uma situação de “desolação e miséria”. Os horrores da guerra foram repudiados pelos anarquistas, que entendiam este conflito como sendo o resultado da disputa por interesses econômicos e por domínios políticos. As consequências da guerra, segundo eles, alimentaram as sociedades capitalistas e afligiram a população, que sofria com o aumento dos impostos e a consequente carestia de vida. A partir do raciocínio de que o Brasil seria um país marcado pela desigualdade social, no qual poucos usufruíam dos benefícios do trabalho do povo, os argumentos do texto reforçam a necessidade de realização de uma revolução que fosse capaz de resolver os problemas econômicos, sociais e políticos do país e de assegurar a não participação efetiva do Brasil na guerra (um temor que assolava os militantes e a população de forma geral). Ao fim do texto, propõe-se o estímulo à agitação das massas a partir dos exemplos ocorridos na Rússia revolucionária. O conhecimento da “verdade”, dos “reais” fatos e consequências da revolução, é apontado como uma arma poderosa na luta pela libertação social. A ideia é a de que, quando convencidos de que a revolução russa estava em curso e obtendo sucesso, os brasileiros iriam acreditar na possibilidade de concretização de uma revolução também no Brasil.

Três argumentos foram utilizados para justificar a necessidade de uma revolução no Brasil: (1) a crise econômica, (2) as consequências da Primeira Guerra Mundial e (3) a emergência da Revolução Russa (tratando-se de um exemplo de ação revolucionária). Esses três aspectos estavam intimamente relacionados e foram de fundamental importância para alimentar o discurso dos anarquistas brasileiros quanto à possibilidade de um processo revolucionário de alcance mundial.

Segundo Eric Hobsbawm (1995, p. 32), apesar de a Primeira Guerra Mundial ser atribuída às rivalidades entre a Tríplice Aliança (França, Grã Bretanha e Rússia) e a Tríplice Entente (Alemanha e Áustria-Hungria), pode-se

dizer que ela envolveu todas as grandes potências e boa parte dos Estados europeus, tais como Turquia, Bulgária, Portugal, Japão, Grécia e Estados Unidos. Até mesmo o Brasil se envolveu no conflito através do envio de medicamentos, enfermeiros, pilotos de aviões e suprimentos para os aliados da Tríplice Entente. Hobsbawm afirma que os motivos da guerra foram pautados em metas ilimitadas. No período anterior à guerra, que Hobsbawm nomeia “Era dos Impérios”, a política e a economia haviam se fundido, de forma que “a rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites”. Anseios imperialistas de domínio e crescimento econômico foram os motivos centrais de uma guerra que tinha como finalidade uma “vitória total”. “Era um objetivo absurdo, que trazia em si a derrota e que arruinou vencedores e vencidos; que empurrou derrotados para a revolução e os vencedores para a bancarrota e exaustão física” (HOBBSAWM, 1995, p. 38).

Com os olhos do mundo voltados para a grande guerra, os anarquistas brasileiros não deixaram de expor suas opiniões sobre ela e assumir um posicionamento frente a tal acontecimento. Em junho de 1917, foi publicado em *A Plebe* um manifesto sobre a Primeira Guerra, feito pela Aliança Anarquista, que se ocupava das causas e consequências desse conflito. Dizia o manifesto que a guerra era um efeito do regime capitalista, de suas práticas militaristas, de suas teorias imperialistas e das rivalidades de raça mantidas e alimentadas pelos governos e pelos grupos de financiadores dos países envolvidos. Além disso, ele advertia que o discurso patriótico utilizado como “pretexto” para a guerra não passava de um engodo. Tratava-se de uma maneira de ludibriar a população com o intuito de justificar objetivos secretos como “a possibilidade de auferir lucros fabulosos, roubando a pátria, que fingem pôr acima de tudo”. As consequências, no caso, recaíam sobre o povo ingênuo que “pelo entusiasmo ou pela força se arremessam para a carnificina e para a morte”. De acordo com

os anarquistas, é através de interesses políticos e econômicos dos Estados e das classes privilegiadas que a guerra é construída, e por isso a Aliança Anarquista mostrou-se contrária a ela: “Reafirmamos, portanto, a nossa aversão a uma guerra que é de povos porque são os povos que a fazem, mas que não é em parte nenhuma empreendida no interesse do povo nem para o povo”. O manifesto continua com um lembrete, pedindo ao povo que a abstenção em uma guerra “mundial” não o deixe esquecer-se da sua própria guerra, que também é a dos anarquistas:

a única urgente e inadiável, pois que tende a realização de uma ordem de coisas em que os homens não precisarão, como hoje, bater-se e matar-se entre si, ou seja na defesa de uma pátria, que ninguém atacará ou na conquista desse pedaço de pão, que será fácil e abundante. (...) Nós os anarquistas reafirmamos a nossa fé na fraternidade universal, fraternidade cuja realização, na terra, só será possível quando todos os governos forem abolidos, a propriedade patrimônio comum de todos os homens e no mundo houver uma só religião – a do trabalho (A PLEBE, 1917, p. 4).

Vários outros artigos e charges publicados em 1917 no jornal também enunciam o caráter imperialista da guerra, como é o caso da charge presente na página seguinte: nela, a guerra é equiparada a um gladiador gigante e violento que rouba o último pedaço de pão de uma família humilde. A espada do gladiador está apontada para o homem da família, uma analogia não apenas ao alto custo de vida em tempos de guerra, como também à possibilidade desse homem ser arrancado do seu lar caso o Brasil participasse nos campos de batalha. O medo da guerra e de suas consequências está bem representado no rosto da mãe que carrega um bebê nos braços. Ao mesmo tempo, o rosto do gigante demonstra o sofrimento dos soldados que combatem nas trincheiras. A mensagem deixada pela charge é não somente um alerta quanto aos horrores da guerra, mas também um aviso sobre os males que ela pode causar. Uma

solução, no entanto, é assinalada: a construção de uma sociedade anarquista no Brasil. Uma sociedade contrária à guerra econômica e política, mas favorável ao amor e à justiça social. E é nisso que se pauta parte dos outros artigos publicados nesse mesmo número do jornal *A Plebe*.

Vejamos a nota a seguir, escrita por Jean Roule (1917, p. 1):

A hora é propícia para as reivindicações humanas. O mundo moderno, depois da guerra, não poderá ser a continuação da sociedade presente coordenada pela ciência, condenada pela Justiça e execrada pela razão. O militarismo inútil será abolido porque a guerra trará como consequência lógica e iniludível o desarmamento geral do mundo. E, então quando a burguesia não tiver mais o povo feito soldado para garantia contra a classe trabalhadora explorada e espoliada, chegara o momento do ajuste de contas.

Ilustração 1: O Brasil na guerra: o último pedaço de pão.



Fonte: (A PLEBE, 1917, p. 1)

Roule acredita que a guerra, fruto do capitalismo, acabaria conduzindo a sociedade ao seu fim. A expectativa do autor é a de que, com o fim do conflito,

seriam abolidos do mundo o desarmamento e o militarismo, o que permitiria aos trabalhadores um ajuste de contas com os “dominadores” e a construção de uma sociedade livre e mais humana, na qual não haveria espaço para guerras, injustiças e explorações. Na segunda parte do livreto *O que é maximismo ou bolchevismo – programa comunista*, Leuenroth e Hélio Negro (1919, pp. 67-68) escreveram sobre as consequências da Primeira Guerra para o povo brasileiro:

Vivemos um instante decisivo, que há de marcar um rumo novo na história da humanidade. Apenas saídos da guerra, da maior guerra de todos os tempos, e guerra preparada e desencadeada pelos Estados capitalistas, os povos se resolvem, do mais profundo da sua massa sofredora e martirizada, na mais tremenda das convulsões sociais, num esforço estupendo em prol da reorganização da sociedade sob novos e mais justos princípios. Ligados ao resto do mundo pelos elos criados pela civilização, na interdependência de todas as nações, o povo do Brasil tem por força, por força da fatalidade histórica, de tomar parte na obra colossal de remodelação dos sistemas e métodos de vida individual e colectiva. Sem termos tomado parte efectiva, como beligerantes, na matança dos campos de batalha, sentimos também, proporcionalmente à nossa posição, e em virtude dessa interdependência, as gravíssimas consequências da horrível luta travada pelas ambições políticas e comerciais das castas dominantes do mundo. Desde muito já que, à semelhança de outros países, vínhamos sofrendo os horrores da carestia das subsistências. A guerra, porém, caindo como uma maldição sobre a humanidade, veio agravar incalculavelmente essa crise de alimentação, arrastando-nos, pelos meses em fora, ao sabor dos estados maiores, a esta situação actual de miséria, fome, de calamidade...

Os problemas enfrentados pela população brasileira, como a miséria e a fome, foram atribuídos não apenas à própria estrutura do sistema capitalista, mas também às consequências da guerra, que havia findado há pouco mais de seis meses. Os autores, fazendo uso da ideia de interdependência entre todas as nações mundiais, afirmaram que o Brasil sofreu com elas as consequências da

guerra⁶, do mesmo modo que a elas deveria se juntar para remodelar o sistema vigente. Interessante notar que Leuenroth e Helio Negro se referem não somente ao sonho de construção da anarquia no Brasil e em outras partes do globo, mas também ao fato de que o mundo estava atravessando um período de reconstrução pós-guerra, marcado por uma onda de movimentos revolucionários. Como afirmou Eric Hobsbawm (1995, p. 61), “a revolução foi a filha da guerra no século XX”.

Em razão da interdependência entre todas as nações, Leuenroth e Negro (1919, pp. 67-68) afirmam que, ao término da Primeira Guerra, “o povo do Brasil tem, por força da fatalidade histórica, de tomar parte na obra colossal de remodelação dos sistemas e métodos de vida individual e colectiva”. Os autores anunciam um instante decisivo, no qual o Brasil e outras nações poderiam seguir um novo rumo na história da humanidade. Tal como a Rússia em 1917, os militantes apostaram na possibilidade de transformação do regime vigente. No entanto, o livreto de 1919 não é um abecedário para a realização de uma revolução comunista. Seus autores acreditavam que a Revolução Russa possuía características libertárias. Vejamos como essa revolução foi retratada por Leuenroth e outros anarquistas no jornal *A Plebe*. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que boa parte das informações que chegavam ao Brasil sobre a Revolução Russa foi trazida por outros militantes anarquistas estrangeiros, ou através de artigos publicados na imprensa internacional (inclusive conservadora) sobre o desenrolar da revolução. A citação a seguir, extraída do jornal *A Plebe*, aponta para a dificuldade em se obter informações seguras:

Com o nosso geral desconhecimento da vida russa, com a distância a que nos encontramos do lugar dos acontecimentos, com a dificuldade extrema de obter, sob as actuais circunstancias, documentos e depoimentos verdadeiros e

⁶ Sobre a abrangência mundial/total da Primeira Guerra, ver: FERRO, 2002, pp. 153-192.

valiosos sobre a situação interna de cada país, impossível nos torna uma apreciação profunda e fundamentada da revolução russa – tanto pelo que se refere suas causas determinantes como pelo que diz respeito às suas tendências, correntes de ideias, desenvolvimentos prováveis, consequências diretas e indiretas, dentro e fora da vasta Rússia nebulosa. O que podemos fazer é colher aqui e ali uma ou outra manifestação, pessoal ou colectiva, naturalmente favorável – mais ou menos favorável – à orientação que desejaríamos ver seguida pelo movimento que se desencadeou. Processo, na verdade, bem imperfeito, porque, desse modo, num movimento tão vasto e tão complexo como a revolução russa, todos os partidos e aspirações podem encontrar farta matéria para consolação. Mas, feitas estas reservas, convém e é natural que cada um ponha em relevo o que mais satisfaz os seus interesses ou ideias. (A PLEBE, 1919, p. 2).

O texto afirma que as informações obtidas pelos anarquistas brasileiros eram frágeis, incompletas e às vezes carregadas de concepções ideológicas (socialista, comunista, conservadora). Isso dificultava sobremaneira uma avaliação concreta dos acontecimentos na Rússia revolucionária. Em *A Plebe* foram publicadas diversas declarações de políticos socialistas, militares e até mesmo de pessoas ligadas diretamente ao movimento bolchevista. Tais declarações eram coletadas de jornais franceses, espanhóis e americanos que chegavam às mãos dos militantes anarquistas brasileiros. Em 1919, ano de publicação do livreto, Leuenroth e seus pares acreditavam que os soviets instauravam na Rússia um estado de liberdade e justiça social. Foi no dia 05 de abril de 1919, época em que os escritores do livreto já estavam envolvidos na sua elaboração, que o jornal *A Plebe* publicou o seguinte artigo seguido da seguinte charge:

Quanto às relações com os outros povos, a República dos Soviets está no terreno dos princípios da Primeira Internacional, a qual reconheceu a verdade, a justiça e a moral como base das suas relações com toda a humanidade, independentemente de raças, religiões e nacionalidades. A República Socialista dos

Soviets reconhece que, lá onde é oprimido um membro da família humana, toda humanidade é oprimida. Por isso proclama e defende o direito de autodecisão de todos os povos, isto é, o direito de decidir a sua própria sorte. Este direito entende-o ela à todas as nações sem exceção (...) Coagida pela violenta política do imperialismo de todo o mundo a recolher as suas forças para a resistência contra as sempre crescentes perseguições dos rapinantes do capital internacional a República dos soviets espera do inevitável levantamento da classe operária mundial a solução do problema da convivência pacífica dos povos. Só a revolução socialista internacional, por meio da qual o proletariado de cada país destruiria o seu imperialismo, é que poderá pôr termo de uma vez para sempre à guerra e criar as condições da completa realização de solidariedade dos trabalhadores do mundo inteiro, é a execução desta tarefa que a República dos Soviets convida os povos todos. Baseando-se nos princípios da internacional, a República dos Soviets reconhece que não poderá haver direitos sem deveres, nem deveres sem direitos. Pelo que juntamente com os direitos do trabalhador na sociedade renovada, proclama os seguintes deveres que ao mesmo incumbem: (...) sufocar todas as tentativas de restauração do domínio dos exploradores; contribuir com todas as suas forças para por termo a decadência provocada pela guerra (...); subordinar os interesses pessoais seus e os de grupo aos interesses de todos os trabalhadores da Rússia e do mundo inteiro; defender a República dos soviets (...) Proclamando estes direitos e deveres a Republica Socialista Federativa dos Soviets convida a classe operária de todo o mundo a cumprir o seu dever até o fim e na sua firme fé numa próxima realização do ideal socialista (...). Proletários de todo o mundo uní-vos! Viva a Revolução Socialista mundial! (A PLEBE, 1919, p. 2).

Ilustração 2. A Internacional.



Fonte: (A PLEBE, 1919, p. 1)

Na charge lê-se o seguinte trecho da canção *L'Internationale*: “*Du passé faisons table rase, Foule esclave, debout ! debout! Le monde va changer de base. Ons tout! Nous ne sommes rien, soyons tout!*”. A canção refere-se à transformação da situação de julgo e à construção de um mundo novo e livre. No texto extraído do jornal, por outro lado, o que se ressalta é a importância da ação revolucionária conjunta para a construção e manutenção de uma “sociedade mundial livre”, tal como a “República Socialista Federativa dos Soviets”. Sabe-se que a canção *L'Internationale* foi adaptada como hino da República dos soviets e, posteriormente, da URSS. Contudo, sendo essa canção um referencial também para os anarquistas, há que se levar em consideração a recepção positiva que a apropriação da canção pelos soviets causou nos anarquistas brasileiros. Não podemos nos esquecer de que o ideal comunista, apesar das diferenças que possui em relação ao anarquismo, apresenta também várias semelhanças com ele, como o desejo de implantação de uma revolução de bases mundiais e a libertação da humanidade do julgo capitalista. Há também entre eles o desejo comum de alcançar o bem estar de todos os homens, mesmo que os meios adotados sejam diferentes.

Alguns anarquistas brasileiros, no início da década de 1920, se aderiram ao ideal comunista (como Astrogildo Pereira), e outros reavaliaram o processo russo revolucionário e passaram a questioná-lo, acreditando tratar-se de um modelo autoritário e, por isso, avesso ao anarquismo. Mais tarde, jornais anarquistas afirmaram que a Revolução Russa foi uma valiosa iniciativa libertária, mas que acabou culminando em um sistema autoritário devido à ação de grupos com interesses e ideais distintos dos anarquistas. O artigo que se segue foi escrito pelo anarquista Victor Franco em *A Plebe* (1919, p. 1):

O advento da revolução russa veio despertar uma nova confiança nos métodos insurrecionais, então desacreditados nos meios revolucionários (...). Estamos assistindo agora a um despertar de energias latentes que se põem em ação, pejudicadas de fé na possibilidade de realizar hoje mesmo a revolução social. Se este renascimento de forças é portador de esperanças que nos animam à luta, acarreta ao mesmo tempo um estado de espírito cujas consequências podem ser nefastas. Na sofreguidão de agir, cooperando com todos os que sinceramente querem a revolução, vamos insensivelmente fazendo concessões, transgredindo com os princípios que constituem os fundamentos mesmo do nosso ideal. O espírito de autoridade ganha terreno entre os anarquistas; já há os que pregam a necessidade da ditadura proletária, sendo grande o número dos que reconhecem a contra gosto a impossibilidade de encaminhar a revolução num sentido anárquico sem usar de meios autoritários. (...) É preferível ser vencido materialmente, salvando a pureza dos ideais, do que vencer transgredindo; vencer seguindo uma rota anti-libertária que conduzirá a qualquer parte, menos à Anarquia.

De acordo com Victor Franco, a Revolução Russa, apesar de ser originalmente libertária, ganhou feições autoritárias. Isso teria ocorrido devido à necessidade de defesa contra inimigos externos, o que levou os russos a se militarizarem. De acordo com o autor, nada poderia justificar as mudanças empregadas pelos russos no processo revolucionário. Franco pede que os anarquistas encantados pela revolução russa não se esqueçam do

“verdadeiro ideal” anarquista, um ideal antiautoritário. Quando a revolução ocorresse no Brasil, diz o autor, os anarquistas deveriam tomar como exemplo a Rússia revolucionária, para não repetir os mesmos erros e enganos. Franco diz ao final do artigo: “Lembremos de que somos anarquistas e que não queremos ser governados e ainda mais fortemente não queremos governar” (FRANCO, 1919, p. 4).

Antonio Ozai da Silva, em seu estudo sobre organizações políticas no Brasil, discorreu sobre a forma como os anarquistas receberam os acontecimentos da Rússia revolucionária. Segundo o autor, os anarquistas brasileiros entendiam a Revolução Russa como um processo tipicamente libertário e, por isso, tentavam ligar a sua ideologia ao bolchevismo, resultando no chamado “comunismo-libertário”. Foi no dia 09 de março de 1919 que Edgard Leuenroth, Astrogildo Pereira e José Oiticica, dentre outros, fundaram o Partido Comunista, aberto a todos que apoiassem o comunismo social (SILVA, p. 27). Segue a transcrição de um depoimento de Leuenroth, extraído do livro *O ano vermelho*, sobre a criação do Partido Comunista do Brasil e sobre a forma como os anarquistas compreenderam os acontecimentos da Revolução Russa:

esse partido foi uma organização de emergência, fundada num ambiente de fermentação do movimento social internacional, conseqüente da repercussão provocada pela revolução russa. (...) essa organização não tinha nenhuma finalidade política, apesar de sua denominação de partido que caracteriza as organizações políticas de atividade eleitoral. Sendo uma organização de momento, sem o enquadramento disciplinar do bolchevismo e sem a finalidade de ser expressão orgânica do anarquismo no Brasil, foi cessando sua atividade à medida que iam desaparecendo motivações que lhe haviam dado origem (BANDEIRA, 1980, pp. 151-152).

Acrescenta Bandeira à fala de Leuenroth:

A ideia de partido, o nome comunista, os termos secretariado e comissariado do povo, tudo isto misturado e adaptado a concepções tipicamente libertárias, denunciam a profunda ressonância que a revolução russa alcançou no movimento operário do Brasil (BANDEIRA, 1980, p. 152).

A criação do Partido Comunista Brasileiro por alguns anarquistas do eixo Rio-São Paulo indica a importância que a Revolução Russa conquistou entre eles. Contudo, pode-se dizer que a orientação inicial do partido foi anarquista. A fala de Astrogildo Pereira, a seguir, mostra bem o tom libertário do partido:

Tratava-se, na realidade, de uma organização tipicamente anarquista, e a sua denominação de “Partido Comunista” era um puro reflexo, nos meios operários brasileiros, da poderosa influência exercida pela Revolução proletária triunfante na Rússia, que se sabia dirigida pelos comunistas daquele país. O que não se sabia ao certo é que os comunistas que se achavam à frente da revolução russa eram marxistas e não anarquistas. Só mais tarde estas diferenças se esclareceram, produzindo-se então a ruptura entre os anarquistas ditos “puros” e “intransigentes”, que passaram a fazer críticas e restrições aos comunistas russos, chegando por fim à luta aberta contra o Estado soviético e aos anarquistas que permaneceriam fieis à classe operária, os quais chegariam finalmente a compreender que no marxismo é que se encontra a definição teórica justa de ideologia do proletariado (BANDEIRA, 1980, p. 152).

Astrogildo Pereira afirma que a falta de informações precisas sobre a perspectiva ideológica assumida pelo processo revolucionário russo causou, posteriormente, um estranhamento por parte dos anarquistas brasileiros, que não apoiaram a consecução de uma ditadura do proletariado na Rússia. Tratava-se, na verdade, de divergências de princípios teóricos. Alguns anarquistas, como é o caso de Astrogildo, aderiram ao marxismo quando as posições ideológicas dos bolchevistas tornaram-se recorrentes no Brasil ao

findar da década de 1910. Outros reavaliaram o apoio incondicional que ofereciam à Revolução, em razão da descoberta de sua perspectiva autoritária.

Segundo Antonio Ozai da Silva, no início dos anos 1920, as divergências entre os anarquistas quanto à pertinência da Revolução Russa tornaram-se ainda mais acentuadas. Florentino de Carvalho e Victor Franco foram os militantes que mais se contrapunham ao dinamismo que a revolução vinha tomando. Atacaram, através das folhas de jornais alternativos, os bolchevistas e a ditadura do proletariado. Denunciavam, ainda, os confrontos entre anarquistas russos e os bolchevistas nas ruas de Petrogrado e Moscou. Apesar das denúncias de Florentino e Franco, grande parte dos anarquistas brasileiros continuou apoiando os bolcheviques e acreditava que a Rússia estava apenas passando por uma etapa transitória, mas que logo alcançaria o “comunismo-anarquista”. Florentino de Carvalho, não satisfeito com o apoio que *A Plebe* dava aos bolchevistas, saiu do jornal e fundou outro: *A Obra*. Antonio Ozai da Silva (1987, p. 28) ponderou que

um artigo deste novo semanário sobre o anarco-sindicalismo afirma que “o sindicalismo não é marxista” e que “de maneira nenhuma, o sindicalismo – que se cumprir sua missão histórica, há de abrir as portas da Anarquia pode usar o Estado à maneira do marxismo”. Para o autor do artigo, a ditadura do proletariado, ainda que temporária, “faria uso da tirania”, contrapondo-se ao princípio anarquista da liberdade. O debate continuava. Enquanto alguns atacavam o bolchevismo abertamente alegando que o mesmo substituiria o Estado burguês por um novo Estado (Florentino de Carvalho); outros – “*A Plebe*” (Edgard Leuenroth) e “*Voz do Povo*” (Oiticica) – acreditavam que os bolcheviques avançariam para a derrocada do Estado e para a instauração do comunismo-libertário.

Já ao final do ano de 1919, no entanto, os articulistas de *A Plebe* começaram a se opor ao bolchevismo. Segundo o jornal, até o momento, as informações chegadas até eles eram distorcidas por serviços telegráficos da

burguesia. Agora, com informações confiáveis de um jornal de Viena, dirigido por um anarquista, soube-se das perseguições e das prisões de anarquistas promovidas pelo governo Russo. Parte dos anarquistas brasileiros, porém, como é o caso de Astrogildo Pereira, havia se “bolchevizado”, tal como afirma Silva. Segundo o autor, Astrogildo e outros ex-anarquistas passaram a questionar os métodos organizativos e as táticas de luta do ideal libertário. A “bolchevização” de alguns militantes anarquistas fez com que julgassem o anarquismo como “fraco” e “incipiente”. Para eles, apenas através da disciplinarização e da força organizativa do ideal comunista é que seria possível alcançar resultados satisfatórios em um processo revolucionário.

Em respostas a essas acusações, Edgard Leuenroth e outros anarquistas publicaram, em 1922, um manifesto com o título *Os anarquistas no momento presente: definindo atitudes* (A PLEBE, 1922, p. 1), dirigido a todos os anarquistas, simpatizantes e trabalhadores. O manifesto afirma que, diferentemente da crítica dirigida ao ideal libertário, nada há nos princípios anarquistas que necessite de revisão. Através dele, os anarquistas se declararam inimigos irreconciliáveis do Estado e de qualquer instituição política autoritária sustentada por interesses particulares. Eles atacaram a propriedade privada e a moral que a embasava, defendendo a constituição de uma organização política livre calcada no federalismo. Favoráveis ao método da ação direta, eles acreditavam na capacidade do indivíduo de agir por conta própria e de viver sem tutelas. Além disso, é conferido à organização e à propaganda um papel decisivo na garantia de resultados positivos no trabalho de militância anarquista, destacando-se a importância da inserção do proletariado nos sindicatos de ação direta (livres da ação de partidos e de qualquer doutrina política ou religiosa), por tratar-se de um “poderoso elemento de educação social dos trabalhadores”, capaz de despertar neles o sentimento de solidariedade e o espírito da combatividade. Outra questão enunciada no

manifesto refere-se à validade do engajamento dos anarquistas nas lutas de causa universal (A PLEBE, 1922, p. 4). Quanto à visão dos anarquistas sobre a Rússia revolucionária naquele momento, diz o manifesto:

Como comunistas-anarquistas revolucionários que somos, sentimo-nos ligados pela nossa simpatia e solidariedade ao movimento revolucionário russo, soberbo esforço de uma parte ativa do povo, impulsionada pelos revolucionários sociais que, com os anarquistas à frente, conseguiu derrubar o domínio do capitalismo em sua forma político-econômica mais tirânica, objetivando o estabelecimento de uma organização social consentânea com as aspirações de suprema justiça da coletividade humana, constituindo isso um surto grandioso na marcha da revolução social em todo mundo. Quanto a forma político-institucional em que se molda a instituição dominante na Rússia, consideramo-la como uma consequência da situação em que se achava o país quando a revolução se manifestou, encontrando o proletariado sem uma organização econômica eficiente, que em outras nações constitui o arcabouço da nova sociedade, permitindo, por isso que os comunistas-marxistas, pela sua mais completa homogeneidade de preparação ou por terem sabido aproveitar das circunstâncias, estabelecessem a ditadura de seu partido. Apoiado nessa ditadura cognominada do proletariado, mantém o bolchevismo o seu Estado, com sua engrenagem administrativa e política centralizada, e impondo autoritariamente as suas ordens à coletividade e impedindo pela força o desenvolvimento das tendências federalistas libertárias da revolução, atrofiando o esforço dos indivíduos, dos grupos e das corporações proletárias.(...) Há portanto, absoluto contraste entre as bases do comunismo de Estado que pretendem estabelecer na Rússia e os princípios que professamos, associando-nos, por isso, ao movimento dos anarquistas do mesmo país e do resto do mundo, sustentando com o fim de impulsionar a revolução para um maior aperfeiçoamento, em caminho para o comunismo libertário. Na apreciação do que se passa na Rússia agiremos sempre com o intuito de patentear esse contraste de princípios, exercendo a nossa crítica, embora severa, com a necessária serenidade, para que essa manifestação de divergência doutrinária não possa, de forma alguma, ser confundida com a campanha de difamação da burguesia internacional, cujo objetivo é desmoralizar a revolução (A PLEBE, 1922, p. 4).

Apesar de longa, a citação acima é elucidativa no que se refere à posição dos anarquistas frente à Revolução Russa no início da década de 1920. Até 1919, pode-se dizer que os anarquistas acreditavam que as notícias de práticas autoritárias que chegavam da Rússia, se verdadeiras, podiam ser compreensíveis, já que eram empregadas em defesa da sociedade e contra ameaças exteriores. Contudo, quando os anarquistas descobriram que as denúncias sobre a ditadura do proletariado eram verdadeiras e que não se restringiam à defesa, eles passaram a olhar de forma crítica para o sistema político-administrativo que se instaurava na Rússia. Apesar de acreditarem que o caráter inicial da revolução russa fora anarquista, os militantes que assinaram o manifesto diziam-se contrários às medidas empregadas pelos comunistas-marxistas na organização da sociedade. Defensores da liberdade e contrários ao autoritarismo, os anarquistas se posicionam na década de 1920 como partidários de uma doutrina distinta daquela empregada na Rússia pelos bolcheviques.

Fontes

A PLEBE. São Paulo: Edgard Leuenroth, 1917-1951.

LEUENROTH, Edgard; NEGRO, Hélio. *O que é maximismo ou bolchevismo* – programa comunista. São Paulo: Editora Semente, 1919.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Moniz. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2º ed, 1980.

CUBERO, Jaime. Reflexos da revolução russa no Brasil. In: *Revista Libertária*, v. 01, n. 01, out./nov. de 1997.

DA SILVA, Antonio Ozai. *História das tendências no Brasil* (Origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

FERRO, Marc. *A Grande Guerra*. 1914-1918. Lisboa: Edições 70, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000, pp. 187-197.

Recebido em setembro de 2018.

Aprovado em setembro de 2018.